



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA LICENCIATURA**

**A HISTÓRIA ATLÂNTICA POR MEIO DA TRANSCRIÇÃO E ESTUDO DO  
“PRECATÓRIO DE RODRIGO AIRES” (FINAL DO SÉCULO XVI E INÍCIO DO  
XVII)**

**MELISSA MOURA VARGAS**

Foz do Iguaçu  
2024

**A HISTÓRIA ATLÂNTICA POR MEIO DA TRANSCRIÇÃO E ESTUDO DO  
“PRECATÓRIO DE RODRIGO AIRES” (FINAL DO SÉCULO XVI E INÍCIO DO XVII)**

**MELISSA MOURA VARGAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani

Foz do Iguaçu

2024

MELISSA MOURA VARGAS

**A HISTÓRIA ATLÂNTICA POR MEIO DA TRANSCRIÇÃO E ESTUDO DO  
“PRECATÓRIO DE RODRIGO AIRES” (FINAL DO SÉCULO XVI E INÍCIO DO XVII)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani  
UNILA

---

Profa. Dra. Ana Rita Uhle

---

Prof. Dr. Evander Ruthieri Saturno da Silva  
UNILA

Foz do Iguaçu, 08 de Janeiro de 2024

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Melissa Moura Vargas

Curso: História – Licenciatura

	Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input checked="" type="checkbox"/> artigo
<input type="checkbox"/> especialização	<input type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação
	<input type="checkbox"/> tese
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais
	<input type="checkbox"/> _____

Título do trabalho acadêmico: A HISTÓRIA ATLÂNTICA POR MEIO DA TRANSCRIÇÃO E ESTUDO DO “PRECATÓRIO DE RODRIGO AIRES” (FINAL DO SÉCULO XVI E INÍCIO DO XVII)

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Faustini Bonciani

Data da Defesa: 22/01/2024

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## RESUMO

O presente trabalho consistiu na transcrição paleográfica e estudo do manuscrito “Precatório de Rodrigo Aires” (31/03/1601-26/01/1604), localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, processo número 13312, com 52 fólios. O trabalho foi desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), no Projeto de Pesquisa “Domínio, soberania e império: As origens ibero-atlânticas da modernidade e do Ocidente”, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Bonciani. A transcrição e análise do documento foi aceita para publicação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), prevista para edição de maio de 2024. Trata-se de uma juntada de documentos decorrente de uma ordem de pagamento do Santo Ofício em benefício da mãe do pombeiro Aires Fernandes, Maria Fernandes, como sua herdeira, representada por outro filho, Rodrigo Aires. O processo se desenvolveu entre 1595 e 1604: em Luanda, a cargo do provisor eclesiástico Manuel Rodrigues Teixeira; na ilha de São Tomé, conduzido pelo bispo Francisco de Vila Nova; na Inquisição de Lisboa; e na cidade de Salvador, Reino do Congo, por despacho do bispo dom frei Miguel Rangel. O período foi o início de um processo que Linda M. Heywood e John K. Thornton denominaram a “Onda Angola”, em que o tráfico de escravos dessa região superou o da África Ocidental. O “Precatório” revela detalhes sobre este comércio, tanto em suas conexões atlânticas como nos sertões africanos, e o envolvimento de diferentes agentes e instituições: governadores gerais; contratadores; autoridades civis e religiosas; chefes e escravizados africanos; ea própria Inquisição. A transcrição e a publicação deste documento fazem parte do projeto Inquisição em África, desenvolvido em parceria com a professora doutora Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais e Penn Museum).

**Palavras-chave:** África Centro-Ocidental, História Atlântica, Inquisição, Paleografia, Tráfico de escravizados

## RESUMEN

Este trabajo consistió en la transcripción paleográfica y estudio del manuscrito "Precatório de Rodrigo Aires" (31/03/1601-26/01/1604), localizado en el Archivo Nacional de Torre do Tombo, caso número 13312, con 52 folios. El trabajo fue realizado en el ámbito del Programa Institucional de Becas de Iniciación Científica (PIBIC) de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (Unila), en el Proyecto de Investigación "Dominio, soberanía e imperio: Los orígenes iberoatlánticos de la modernidad y de Occidente", bajo la dirección del profesor Rodrigo Bonciani. La transcripción y el análisis del documento han sido aceptados para su publicación en la Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), prevista para mayo de 2024. Se trata de un conjunto de documentos resultantes de una orden de pago del Santo Oficio a favor de la madre del palomero Aires Fernandes, Maria Fernandes, como heredera de éste, representada por otro hijo, Rodrigo Aires. El proceso tuvo lugar entre 1595 y 1604: en Luanda, por el provisor eclesiástico Manuel Rodrigues Teixeira; en la isla de São Tomé, por el obispo Francisco de Vila Nova; en la Inquisición de Lisboa; y en la ciudad de Salvador, Reino del Congo, por orden del obispo Miguel Rangel. Este periodo fue el inicio de un proceso que Linda M. Heywood y John K. Thornton han denominado "Ola de Angola", en el que el comercio de esclavos procedente de esta región superó al de África Occidental. El "Precatório" revela detalles sobre este comercio, tanto en sus conexiones atlánticas como en el interior de África, y la implicación de diferentes agentes e instituciones: gobernadores generales; contratistas; autoridades civiles y religiosas; jefes africanos y personas esclavizadas; y la propia Inquisición. La transcripción y publicación de este documento forma parte del proyecto Inquisición en África, desarrollado en colaboración con la profesora Vanicléia Silva Santos (Universidad Federal de Minas Gerais y Penn Museum).

**Palabras clave:** África Centro-Occidental, Historia Atlántica, Inquisición, Paleografía, Trata de esclavos

## ÍNDICE

1. Introdução.....	8
2. Desenvolvimento.....	10
3. Considerações finais.....	21
4. Referências.....	24

**Anexo 1: “Um precatório da Inquisição e o tráfico de escravizados na África centro-ocidental (fim do século XVI e início do XVII)”, no prelo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)**

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho apresento o processo de estudo e análise do manuscrito “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603”, que ocorreu principalmente no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O projeto foi coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Faustini Bonciani, quanto a minha atuação, fiquei vinculada ao projeto enquanto voluntária de 2020 a 2022.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é previsto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que está subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Ele é um programa voltado para a promoção da ciência e da tecnologia, também abrange estudantes do ensino básico, na modalidade iniciação júnior e estudantes matriculados em algum curso de graduação (BRASIL, 1951). Essa iniciativa proporciona aos discentes da graduação e do ensino básico a se familiarizarem com a pesquisa científica, possibilitando a ampliação de seus conhecimentos. Alguns estudantes participam como bolsistas e outros estudantes como voluntários como no meu caso (BRASIL, 1951).

O objetivo desse trabalho é compartilhar as experiências vivenciadas no decorrer da transcrição e análise do “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603” e trazer os resultados que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa, dialogando com a bibliografia especializada sobre o período e os temas envolvidos. A primeira parte desse trabalho é uma pesquisa descritiva e segue a metodologia de relato de experiência, pois apresento os elementos que constituíram o processo de estudo e análise do documento, realizado no PIBIC e descrevo como se constituiu a juntada de documentos do “Precatório”. Também é uma pesquisa exploratória, porque após a descrição, com o auxílio de bibliografias sobre a História Atlântica e a da África, identifiquei os elementos que compõem a fonte e discuto algumas contribuições do manuscrito.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) dispõe de um acervo muito importante referente aos processos do Tribunal do Santo Ofício (STO), muitos desses processos estão também disponíveis em seu arquivo online. Tivemos acesso ao "Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603" em sua versão digitalizada disponibilizada pelo ANTT, sob o número de processo 13312, com 52 fólios, no



Tribunal do Santo Ofício (STO), Inquisição de Lisboa (IL), também é possível encontrar sua versão física nesse mesmo arquivo na cidade de Lisboa, Portugal.

A transcrição do manuscrito, pode contribuir como fonte para outros pesquisadores e estudantes de graduação, como também, para professores do ensino básico, porque pode servir como um material didático pedagógico para o ensino de História. Esta fonte poderá ser utilizada como um recurso pedagógico, porque é previsto nas leis n<sup>o</sup> 16710.639/2003 e 11645/2008 o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira em todas as instituições de ensino em território nacional (BRASIL, 2003).

Apresento, portanto, neste relato minha experiência enquanto aluna voluntária de iniciação científica e analiso questões pertinentes que apareceram nos resultados obtidos da transcrição do Precatório de Rodrigo Aires. A transcrição e apresentação do “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603”, está no prelo e tem previsão de ser publicada na edição de maio de 2024 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

## DESENVOLVIMENTO

O Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani é o coordenador do grupo de trabalho de Iniciação Científica “Domínio, soberania e império: as origens ibero-atlânticas da modernidade e do Ocidente”. Existem duas linhas de estudos: uma dedica-se à base de dados *Brasilhis*; a outra na qual me debrucei de forma mais intensa, é denominada *Inquisição em África*, projeto realizado em parceria com a Profa. Dra. Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais e Penn Museum). Essa linha de pesquisa está organizada em dois grupos de trabalho, que se dedicam a transcrever e publicar documentos da Inquisição.

Entre no projeto em junho de 2020, nessa primeira fase foram realizadas reuniões online com todos os estudantes que participavam do grupo, para nos situarmos sobre a historiografia do final do século XVI e início do século XVII na região da África Centro-Occidental e suas conexões com as Américas. Em meio as discussões, uma das obras que destaco é “O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul” de Luiz Felipe de Alencastro (2000), isto porque, Alencastro afirma que as margens do Atlântico unem as Américas ao continente Africano, por esse motivo ele menciona que não se pode analisar a História do Brasil sem compreender que essa História está conectada com o continente Africano.

Simultaneamente realizei estudos de técnicas paleográficas, ou seja, realizei o estudo, a interpretação de textos antigos e a transcrição desses manuscritos. A paleografia é um método de suma importância para a reconstrução da História, mas ela também se faz importante para diversas áreas do conhecimento que necessitam da transcrição para acessar materiais contendo informações que possam ter valor histórico, cultural ou literário (LIMA et al., 2014).

Sobre as técnicas paleográficas, estudei o alfabeto de paleografia portuguesa com diversas variações de caligrafias, fiz o uso dos “Cadernos de paleografia” número 1 (LIMA et al., 2014), “Paleografia e suas interfaces” (LOSE et al., 2020), “Noções de paleografia e de diplomática” (BERWANGER; LEAL, 2020). Essas obras foram essenciais durante o andamento da pesquisa. O Prof. Dr. Rodrigo Bonciani iniciou a transcrição dos primeiros fólios. Nas primeiras

reuniões, fizemos exercícios de leitura, para eu conseguir identificar as primeiras letras do documento. Além de técnicas de paleografia, estudávamos com todo o grupo de Iniciação Científica para discutir a bibliografia do período, com a finalidade de contextualizar os documentos.

Ademais, realizei estudos usando como base a transcrição dos primeiros fólios realizada pelo Prof. Rodrigo, que foi de enorme importância para eu assimilar as técnicas que estudava nos manuais. Iniciei a transcrição após esse período de familiarização, mas durante todo o processo de pesquisa, continuamos a realizar discussões teóricas com os demais colegas do grupo de IC. Enquanto as reuniões para estudar e sanar dúvidas de paleografia foram feitas individualmente. Durante a transcrição, usei como referência para o estudo das abreviaturas, o livro de Maria Helena Ochi Flexor denominado “Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX” (2008).

O processo de Aires Fernandes, transcrito por Bonciani e Silveira (2021), é o documento que deu origem ao “Precatório de Rodrigo Aires” e foi produzido no contexto da “Onda Angola”, que segundo Heywood e Thornton (2007) foi o processo em que o tráfico de escravizados da região da África Centro-Ocidental superou o da África Ocidental, entre o fim do século XVI e início do XVII. Nesse mesmo período os ingleses e os holandeses estavam estabelecendo suas colônias nas Américas, esta onda foi impulsionada pelos portugueses por meio do tráfico transatlântico de pessoas. No início no século XVII já era possível afirmar que a maioria dos escravizados que estavam vindo para o Brasil provinham da região de Angola (HEYWOOD; THORNTON, 2007).

Uma parte significativa das pesquisas e produções acadêmicas sobre o final do século XVI e início do século XVII na África Centro-Ocidental teve como base as referências documentais publicadas nos volumes III, IV e XV da “Monumenta Missionária Africana” (MMA). Essa coleção, que se refere a transcrições realizadas sob orientação do padre António Brásio, sobre diversos documentos portugueses que aludem a esse período, foi publicada entre 1953 e 1988. Os principais arquivos usados para pensar as conexões entre a África Centro-Ocidental e as suas conexões com as Américas, são os seguintes Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Nacional de Angola (ANA), Biblioteca da Ajuda (BA), Archivo General de Simancas (AGS), Arquivo do Vaticano (AV), entre outros.

A utilização destes arquivos só foi possível pois, a partir do final do século XIX, os esforços para acessar a documentação pertinente ao Brasil depositada no estrangeiro começaram a se consolidar. A data que costuma ser colocada como pontapé inicial desta consolidação é 1982, ano em que a extinta Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) promoveram o projeto Microfilmagem da Documentação relativa ao Brasil no exterior no Itamaraty. Entretanto, apenas treze anos depois este projeto entrou em vigor, isto através do protocolo de colaboração entre Brasil e Portugal de 1995. Essa iniciativa tinha como objetivo facilitar o compartilhamento de dados contidos nos acervos arquivísticos de interesse comum, os quais estavam sob a responsabilidade de ambas as nações.

Com o protocolo, um ano depois foi criada a Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso) e a partir dela surgiram algumas ações como a microfilmagem da documentação sobre o Brasil Colônia localizado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, comumente chamado apenas de Projeto Resgate, que:

expandiu o acesso às fontes para a história do Brasil colonial, ao tratar, microfilmar e digitalizar a documentação que diz respeito às 'terras de Vera Cruz' existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e ao depositar uma cópia de todos os microfilmes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e parte deles em arquivos estaduais e universidades públicas brasileiras (DIAS & FREIRE, 2011, p. 57).

Esse acesso é importante pois o estudo deste tipo de fonte histórica está atrelado a capacidade de superarmos as interpretações simplificadas focadas apenas nas relações entre Portugal e Brasil e avançarmos para uma visão ampla, onde compreenderemos os entrelaçamentos dos passados históricos das ex-colônias portuguesas, observando semelhanças, mas também diferenças (BOSCHI, 2018). Ao considerarmos documentos de outras partes do império colonial português que interagiram com as Américas, ampliamos a nossa compreensão dos movimentos propiciados pelo Atlântico (BOSCHI, 2018).

A transcrição do “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603” se apresenta como mais um documento que pode ser usado como fonte, para pensar e analisar a história atlântica e as trajetórias de personagens que circularam por esse espaço. Em uma perspectiva atlântica e africanista, isto porque o conteúdo

da documentação envolve a circulação em Luanda, pelos presídios e aldeias ao longo do rio Cuanza, São Salvador do Congo, São Tomé, Lisboa, Brasil e América hispânica. Logo comentarei essas questões de forma mais aprofundada.

A principal finalidade do processo de transcrição foi realizar a difusão do documento, torná-lo acessível para ser usado na academia por pesquisadores, professores de escolas do ensino fundamental II e do ensino médio. Nesse sentido, a transcrição pode ser usada como um material pedagógico, para o Ensino de História. Visto que, para se pensar a formação histórica de um estudante, é preciso entrar contato com fontes históricas do passado e do presente. Nesse sentido, algumas estratégias pensariam no “Precatório” para explicar o que é uma fonte histórica primária, qual é o método utilizado para se extrair informações desses manuscritos. A transcrição desse documento em específico pode auxiliar os estudantes a entender o tráfico de escravizados e compreender como a História do continente africano, que está intimamente ligada com a História do Brasil e das Américas como um todo. Dessa forma contemplando as leis nº 10639/2003 e 11645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, em todas as instituições de ensino no Brasil (BRASIL, 2003).

Apresentando a teoria da História de Jörn Rüsen, Assis (2010) afirma que a ciência da História tem a responsabilidade de nortear os sujeitos em suas tomadas de decisões. De acordo com a teoria de Jörn Rüsen, o professor de História precisa colocar em prática o conceito de formação histórica. Esse conceito explicita que todas as pessoas adquirem consciência histórica durante sua vida. Entretanto, ela é fundamentada em uma narrativa tradicional alicerçada no senso comum, ou seja, não tem compromisso científico (ASSIS, 2010). Para o docente colocar em prática a formação histórica, ele precisa fazer com que seus estudantes, saiam de uma narrativa tradicional e avance utilizando o método científico, isto é, por meio do conhecimento histórico, fazer com que a consciência histórica dos alunos se torne mais complexa. Durante esse processo, os estudantes precisam conseguir analisar o passado e dar um sentido histórico ao seu presente e traçar caminhos possíveis para o seu futuro (ASSIS, 2010).

A teoria de Rüsen interage de maneira significativa com a "Educação Libertadora" de Paulo Freire (2023), já que Freire afirma que a educação deve proporcionar aos estudantes uma nova perspectiva de mundo, levando em consideração a realidade deles, um aprendizado mútuo, afinal, "quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la" (FREIRE, 1980, p. 35).

Rüsen e Freire buscam a autonomia dos sujeitos, com a expectativa de que eles consigam ser ativos, críticos, que tirem as suas próprias conclusões, que sejam agentes de mudança em suas realidades. Em síntese, os docentes devem assegurar que seus estudantes consigam observar e analisar fontes do passado e do presente de uma perspectiva crítica, refletindo sobre sua própria realidade, usando como base o pensamento histórico, embasado na ciência da história.

Para ampliar meu conhecimento na área da pesquisa documental, participei remotamente de alguns cursos especializados na rea. Em 2020, participei do curso "Educação para o Patrimnio: Pensando em Acervos Documentais" da Universidade Federal de Juiz de Fora e do curso "História, Lugares de Memória e Monumentalizao" da UF do Paraná, nestes cursos houve debates sobre questões referentes a preservação do patrimnio cultural de uma perspectiva ampla do conceito com a finalidade de aplicar a alfabetização patrimonial em projetos de educação. Estes cursos destacaram a importância de preservar e valorizar os patrimnios e a importância da escola e do educador nesse processo.

Em 2021, realizei o curso de nível básico de paleografia do Memória & Arte: Centro de Estudos de Acervos, denominado "Módulo I. Documentos dos sécs. XVI ao XX", neste curso estive em contato com conceitos introdutórios como, por exemplo o que  paleografia, como é realizado o tratamento arquivístico, também foi apresentado a interdisciplinaridade da paleografia, principalmente por dialogar com a história e a filologia. Também em 2021, participei do curso "Paleografia e Humanidades Digitais: introdução ao aplicativo Transkribus" da USP, nesta experiência entrei em contato com noções básicas das possibilidades que existem no software Transkribus, que nos permite fazer reconhecimento automático de Texto (ATR), transcrição e pesquisa em

manuscritos. Além de me auxiliar a visualizar as possibilidades da transcrição de documentos pensando em otimizar o tempo de pesquisa.

No final do séc. XX, com a terceira geração da Escola dos Annales, a historiografia enfatizou mais a interdisciplinaridade e a inclusão de diversas fontes para compreender a complexidade dos fenômenos históricos, nesse contexto o historiador Jaques Le Goff ganhou destaque. Le Goff (2003) explicou que documentos também são monumentos para construir a história, entretanto, é necessário analisar estas fontes com cuidado porque elas carregam a perspectiva dos agentes sociais, assim como o contexto da produção, isto é, preciso estar consciente de que os documentos são parciais pois são instrumentos de poder (LE GOFF, 2003).

Essa visão de Le Goff (2003) dialoga com a historiadora Beatrix Heintze (2007), quando ela menciona que não se pode rejeitar os manuscritos, mas que é preciso realizar uma pesquisa de forma atenta, sabendo que nenhuma fonte é imparcial, que existe uma “pessoalidade”, uma vez que a fonte está inserida dentro de um contexto social, político e cultural. Heintze (2007) avança um pouco mais ao explicar que os pesquisadores devem fazer uma integração do material histórico, advindos dos manuscritos, da arqueologia e das fontes orais, para então, realizar uma reconstrução da história, partindo de um novo olhar, a historiadora sugere isto a partir da reconstrução da história do Ndongo.

A historiadora explica que o Estado africano do Ndongo, teve como língua oficial o kimbundo até 1617, quando mudou para a língua portuguesa. Por conta da presença de portugueses no território desde 1575, a língua portuguesa foi se consolidando no reino do Ndongo e passou a ser a língua oficial, conforme a expansão colonialista foi aumentando. A primeira fase da conquista do Ndongo pelos portugueses, ocorreu entre 1575 e 1590. O antigo reino do Ndongo, passou a se chamar República de Angola somente em 1975, quando tornou-se um Estado independente, a língua oficial continuou sendo a língua portuguesa (HEINTZE, 2007).

O tribunal da Inquisição portuguesa foi criado em 1536 e ele tinha como objetivo principal fiscalizar e penalizar os cristãos-novos, ou seja, sua criação antecedeu o início da conquista de Angola. Em 1542 foi instituído o tribunal do Santo Ofício romano, pelo Papa Paulo III, que visava barrar a difusão de pensamentos destoantes do catolicismo (DE CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020).

Para Santos (2012) os principais denunciados na Inquisição na região de Angola e Congo eram os cristãos-novos e os cristãos-velhos, sobretudo os envolvidos no tráfico de escravizados, as principais acusações consistiam em judaísmo, protestantismo, heresias e blasfêmias contra a Igreja. Ademais, muitas das testemunhas também tinham relações com o comércio e dispunham de funções judiciais, por vezes as motivações das denúncias eram de cunho pessoal, geralmente envolvendo ameaças aos negócios das testemunhas de acusação (SANTOS, 2012).

Ainda segundo Santos (2012), muitos portugueses e mestiços que residiam na África Centro-Occidental e África Central, nas primeiras décadas da conquista, frustravam os objetivos de soberania da Igreja Católica, pois muitos portugueses acabavam se incorporando as práticas das religiões de matriz africana. Isso acontecia antes das missões evangelizadoras que ocorreram de 1604 a 1617 nessa região, além de que antes faltavam clérigos e representantes da Igreja para difundir ainda mais o catolicismo (SANTOS, 2012).

É nessas circunstâncias que surge o pombeiro e comerciante Aires Fernandes, ele recebeu um nome da terra “Dinga Dinga”, segundo Horta (1997), esse nome estava associado a iniciação religiosa na cultura kimbundo. Demonstrando o contato que Aires Fernandes mantinha com sobas e outros chefes do reino do Ndongo e do Congo. Dessa forma foi possível concluir que Aires Fernandes tinha muita influência na região, sua atuação se concentrava próximo ao Rio Bengo e ao rio Dande, uma rota alternativa aos caminhos tradicionais. Ele também possuía relações com Manuel da Silveira, o qual também possuía um nome da terra, “Quitingo”, bem como, enviava “armadores” para a região de Mbata (BONCIANI, 2020).

Pombeiro ou “pumbeiro” é um termo para se referir as pessoas que avançavam até os sertões africanos com o objetivo de frequentar os “pumbo”, feiras que realizavam a venda de escravizados de forma direta, com sobas e outras autoridades africanas. Faustino (1990, p. 108) afirma o seguinte “‘pumbeiros’ deviam-se em ‘descalços (que atuava no interior) e ‘calçados’ (mais ricos e urbanos)”. Esses pombeiros poderiam ser comerciantes portugueses ou escravizados que respondiam a colonos, principalmente no que correspondia a interação entre os sobas africanos e os contratadores e feitores, por terem entendimento referente a cultura local.



É nesse contexto que o “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603” está inserido, ele reúne diversos documentos sobre a prisão do pombeiro e comerciante, Aires Fernandes em 1595 e o desenrolar do “Precatório” que finaliza quando o processo é enviado para a Inquisição de Lisboa em 1604.

Para situar o “Precatório” usarei algumas informações retiradas do “Processo de Aires Fernandes”, transcritas por Bonciani e Silveira (2021) por se tratar de processos complementares. No dia 22 de agosto de 1595, Aires Fernandes foi acusado de judaísmo por Fernão Sanches. Ademais, Sanches levou suas acusações ao padre e procurador da Casa da Companhia de Jesus de Luanda, Diogo da Costa e ao Vigário geral de Luanda, Manuel Rodrigues Teixeira. A testemunha de acusação, Fernão Sanches mencionou em seu depoimento que ele era amigo de Aires Fernandes, mas que por conta de sua devoção à fé católica, sua consciência sobressaiu a sua amizade com Aires e ele teve que denunciar seu amigo. De acordo com a documentação, Fernão Sanches morava distante do Colégio da Companhia de Jesus, mas por ele se considerar um católico muito devoto, se apresentou aos clérigos para “descarregar a sua consciência”. Seus principais argumentos consistiam em afirmar que Aires Fernandes não tinha nenhum temor pela fé católica, pois ele desprezava a cruz, as sagradas escrituras e não acreditava na volta de Jesus Cristo. Outro elemento que Fernão Sanches também trouxe em seu depoimento, que Aires possuía um livro chamado “Flor de Lis”, nesse livro conteria blasfêmias contra a fé cristã e a Igreja Católica (BONCIANI; SILVEIRA, 2021).

O vigário Manuel Rodrigues Teixeira acatou as acusações de Sanches e embargou os bens de Aires Fernandes. O vigário Teixeira, designou Rui Gomes Bravo como procurador e depositário da fazenda de Aires Fernandes. Preso ainda em Luanda, Aires Fernandes foi recebido por Luis Soeiro e Sebastião do Rego e depois foi enviado para a ilha de São Tomé, com o objetivo de encontrar com o bispo Dom Francisco de Vila Nova. Nesse trajeto as “culpas”, ou seja, as acusações contra “Dinga Dinga”, foram “perdidas” no mar. Aires Fernandes quando estava na prisão em São Tomé, obteve fiadores e se casou com Catarina Dias, não se sabe sobre quais circunstâncias. Aires Fernandes morreu em novembro de 1596, aproximadamente um ano após desembarcar em São Tomé (BONCIANI; SILVEIRA, 2021).

Sua mãe, Maria Fernandes, ficou sabendo da morte de seu filho em 1597 e procurou a Casa de Índia e Mina de Lisboa. Neste momento então surge o “Precatório” que foi expedido pelo Santo Ofício, informando que Rodrigo Aires tinha o direito de arrecadar os bens de seu falecido irmão Aires Fernandes, em nome de sua mãe. Em 1599, Rodrigo Aires parte de Lisboa e chega em São Tomé para organizar todas as partes do processo e requerer os bens de seu irmão, além disso, ele também reivindica novas testemunhas para dar andamento ao processo.

Em 1601, Rodrigo Aires consegue arrecadar em Luanda 370 mil réis e no Congo 170 mil réis. No dia 16 de fevereiro de 1601, João Coelho transcreve os bens do pombeiro declarados no 26 de agosto de 1595, entre eles se encontra o nome de escravizados, em alguns casos o estado civil, se estavam presentes ou não em Luanda no momento de produção do documento e por quantos réis foram vendidos e avaliados. Para exemplificar, António Macolunto e sua esposa Isabel Macolunta foram avaliados por 40 mil réis por Manuel de Leão e António Nunes, António Macolunto e sua companheira Isabel anos depois, foram vendidos por 91 mil réis, para António Carvalho. Baltasar português, identificado como um pombeiro, foi avaliado por 30 mil réis, uma “moleca” Lucrécia avaliada em 15 mil réis. Felipa era esposa de Agostinho, o qual se encontrava em “Nabangongo” (Nambo a Ngongo) ela foi vendida por 30 mil réis, para Sebastião Corrêa de Brito, enquanto, Agostinho Anzico, Pedro Anzico (solto) e Bartolomeu ambundo (solto), foram vendidos por 40 mil réis cada, para Manuel da Costa. Gaspar (solto), denominado no documento como escravizado, se encontrava em Muxima, foi vendido por 50.300 mil réis, também foi vendido para Manuel da Costa. Manuel Anzico, vendido por 25.500 mil réis e Joane Angico (solto) vendido por 40 mil, ambos para António Henriques. Outra escravizada chamada Isabel Anzica foi vendida a Sebastião Corrêa de Brito por 25 mil réis.

Também constava quem devia ao falecido e a quem ele devia, Diogo Serrão devia 14 mil réis, Francisco Vaz devia 100 mil réis, o padre Manuel da Silveira devia 9.600 mil réis, Manuel Duarte devia 7 mil réis. Entre as dívidas de Aires Fernandes estava a dívida com Pedro de Celas, identificado como capitão em Luanda quantificado em “cento e trinta e três lefucos de zimbo de Congo”. Em 1603, Rodrigo Aires retorna para Luanda com um novo “Precatório” assinado pela Inquisição de Lisboa, mencionando que Rui Gomes Bravo não entregou os

escravizados Pedro crioulo, Francisco Joane angico, Bastião, outro negro ambundo, dois anzicos novos, Gaspar e Agostinho Macolunto marido de Felipa.

Rodrigo Aires com o “Precatório” assinado pela Inquisição de Lisboa, afirma que nem todos os bens foram entregues a ele, então ele sai novamente de Lisboa e se dirige para Salvador, capital do Congo no período e relata essa situação ao Dom Frei Miguel Rangel. No dia 19 de agosto de 1603, Rodrigo Aires apresentou um novo “Precatório” relatando que ainda faltavam bens a arrecadar de seu irmão. Rui Gomes Bravo foi chamado para depor e Bravo afirma que

Rodrigo Aires já arrecadou os bens que ele tinha o direito a arrecadar e complementou dizendo que ele já realizou o saque na provedoria de Luanda e do Congo. Nessa denuncia Rui Gomes Bravo também relata que o irmão de “Dinga Dinga”, gastou todo o dinheiro no jogo e que não entregou nada a Maria Fernandes.

O vigário Manuel Rodrigues Teixeira, toma seu partido e fica do lado de Rui Gomes Bravo e complementa que Rodrigo Aires mentiu para a Inquisição em Lisboa, para conseguir o “Precatório” e então Teixeira envia novamente o processo para a Inquisição de Lisboa em 1604 com o despacho passando por Pernambuco (Brasil). O eclesiástico Manuel Rodrigues Teixeira, conduziu o processo de Aires Fernandes de 1595 até 1604, pois exerceu seu cargo de provisor e vigário geral de Angola no final do século XVI e no início do século XVII.

Na documentação, os escravizados são chamados pelos seus nomes de batismo português e seguindo pela referência étnica, exceto por Chitel (solto) o único que é mencionado com seu nome da terra, quando é avaliado em 15 mil réis. De acordo com a documentação, alguns escravizados dispunham de muita autonomia, como Gaspar que estava em Muxima e Agostinho Macolunto que estava em “Nabangongo” e Baltazar português, identificado como pombeiro.

De acordo com Caldeira (2014), a palavra macolunto tem origem no kikongo “*nkuluntu*”, que significa “mais velho” e “superior”. Assim como os pombeiros, os macoluntos também desempenhavam um papel de mediadores sociopolíticos e comerciais, pois tinham um enorme discernimento referente aos costumes locais, as relações de comercialização e dos territórios, geralmente os macoluntos estavam a serviço de um senhor (BONCIANI, 2020). Por representarem uma categoria mais respeitada entre os demais escravizados, os

macoluntos na ausência dos senhores nos arimos (propriedades), ficavam responsáveis pela produção e coordenação dos demais escravizados (CALDEIRA, 2014). Vainfas e Souza (1998) também compreendem que os “*nkuluntu*” exerciam esse lugar diferenciado de sabedoria e respeito e complementam caracterizando-os como “chefes de aldeia”. O que explica a diferenciação do casal Isabel e Antônio Macolunto no “Precatório” que foram avaliados em 40 mil réis e 5 anos depois foram vendidos juntos por 91 mil, como se fossem mais “valiosos” com a idade.

Agostinho aparece no fólio 32 como “escravo solto que o tem em estima de cem mil réis”, Pedro anzico, Bartolomeu ambundo, Gaspar ambundo, Joane anzico e Chitel ambundo também aparecem caracterizados como “escravo solto”. Segundo Caldeira (2014), a expressão “escravos soltos” refere-se aos escravizados que eram casados e que dispunham de autonomia, pois tinham a possibilidade de constituir família e morar em suas próprias casas. Além disso também tinham profissões, tanto no âmbito rural quanto na esfera urbana, como por exemplo carpinteiros, marinheiros, pescadores, ferreiros, pedreiros, pintores entre outros ofícios.

Outra questão que foi possível identificar no “Precatório”, trata-se do sistema monetário, pois é relatado que Aires Fernandes tinha dívidas na moeda local “lefucos de zimbo de Congo”. Possivelmente, para exercer sua profissão de comerciante e pombeiro, Aires Fernandes também usava o zimbo para realizar negócios no comércio local. O sistema monetário na África-Central era regido através das conchas de *zimbo*, os quais também eram conhecidas pelos ambundos como “*nzimbu*” ou “*jimbo*”, essas conchas eram removidas na região de Luanda e eram utilizadas como moeda de troca (ALENCASTRO, 2000).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência da transcrição paleográfica, estudo e análise do “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603”, que foi desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) do ano de 2020 a 2022. A Iniciação Científica se apresentou como mais um pilar importante para fortalecer o ensino e a pesquisa dentro das universidades, porque auxilia os estudantes a ampliarem suas perspectivas, igualmente, colabora com a inserção de meninas e mulheres na pesquisa científica, como é o meu caso.

A transcrição deste documento poderá ser utilizada como um recurso pedagógico para o Ensino de História (educação básica e na graduação), além de servir para outros pesquisadores e demais interessados. O “Precatório”, se faz importante no sentido de revelar novos elementos sobre o tráfico de escravizados na região da África Centro-Occidental e reafirmar relações comerciais, sociais, jurídicas já conhecidas, além de evidenciar a conduta da Inquisição nos espaços ultramarinos.

Outro resultado obtido é a publicação da transcrição e apresentação do “Precatório de Rodrigo Aires 1601-1603”, a qual encontra-se no prelo e tem previsão de publicação para edição de maio de 2024 na RIHGB. Todas estas experiências fortaleceram minha base teórica e prática, contribuindo para minha formação na Licenciatura em História.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

“Precatório de Rodrigo Aires”, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício (TSO), Inquisição de Lisboa (IL), processo 13312. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2313526> Acesso em: 08 dez. 2023.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana. Volume 3. África Ocidental (1600-1610)**. Agência Geral do Ultramar, 1953.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana. Volume 4. África Ocidental (1600-1610)**. Agência Geral do Ultramar, 1954.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana. Volume 5. África Ocidental (1600-1610)**. Agência Geral do Ultramar, 1955.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana. Volume 15. África Ocidental (1600-1610)**. Agência Geral do Ultramar, 1988.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Companhia das Letras, 2000.

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia, GO, Brasil: Ed. UFG, 2010.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João E. F.. **Noções de paleografia e de diplomática**. Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência-Editora UFSM, 2020.

BONCIANI, Rodrigo F.; SILVEIRA, Amanda S.. Um pombeiro nas origens do Atlântico: o processo contra Aires Fernandes, o Dinga Dinga. **Afro-Ásia**, n. 64, p. 520-591, 2021.

BONCIANI, Rodrigo F. “Guerra, domínio e soberania: experiências coloniais e império no Atlântico Sul, década de 1570”, **Revista de Índias**, vol. LXXVI, n. 268, p. 613-640, 2016.

BONCIANI, Rodrigo F. Inquisição, tráfico de escravos e circulação entre a África, Brasil e Índias Ocidentais. In: **Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)**. Sílex, 2020. p. 265-289.

BOSCHI, Caio C. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 187–208, maio 2018.

BRASIL. **Lei Nº 10.639**, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-brasileira" e dá outras Providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 1.310** de 15 de Janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica/lei-1310> Acesso em: 21 dez. 2023.

CALDEIRA, Arlindo M.. Formação de uma cidade afro-atlântica. **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 5, n. 3, p. 12-39, 2014.

DE CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

DIAS, Érika; FREIRE, Luiz G. L. Projeto Resgate: ampliando os horizontes da história lusobrasileira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 3, n. 5, 2011.

FLEXOR, Maria Helena O. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FONSECA, Mariana B. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-14032013-094719. Acesso em: 27 de Dez. 2023

FREIRE, Paulo. **Conscientização**, São Paulo: Editora Moraes. São Paulo, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 76ª ed., 2023.

FAUSTINO, Gibitá. O comércio de escravos na obra de Antônio de Oliveira de Cadornega. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 16, n. 1, 2, p. 105-116, 1990.

HEINTZE, Beatrix; SANTOS, Marina; VOLÓDIA, Mateus. **Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história**. Kilombelombe, 2007.

HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John K. **Central Africans, Atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660**. Cambridge University Press, 2007.

HORTA, José da Silva. Africanos e portugueses na documentação inquisitorial, de Luanda a Mbanza Kongo (1596-1598). **Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola**, Lisboa, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al.. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Douglas; LÉO, Fabiana; CHAGAS, Gabriel; GONÇALVES, Gislaíne; ROCHA, Igor; REZENDE, Leandro; TORRES, Ludmila; PARREIRA, Luíza; FERREIRA, Maria Clara C. S.; FRIZZONE, Mateus; REZENDE, Mateus; PAULINELLI, Rodrigo (Org.). **Cadernos de paleografia, número 1**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2014.

LOSE, Alícia D.; MAZZONI, Vanilda S. S. ; MAGALHÃES, Livia B. S. (Org.). **Paleografia e suas interfaces, v. 2**. Salvador: Memória e Arte, 2020. Disponível em: [https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a3434afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288\\_42ede573232a4c088a9f84e53a0ffcb9.pdf](https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a3434afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288_42ede573232a4c088a9f84e53a0ffcb9.pdf) Acesso em: 21 dez. 2023.

MILLER, Joseph C.; DA CONCEIÇÃO NETO, Maria. **Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola**. 1995.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de M.. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. **Revista Tempos**, n. 6, 1998.

SANTOS, Vanicléia Silva. "Africans, Afro-Brazilians and Afro-Portuguese in the Iberian Inquisition in the seventeenth and eighteenth centuries". **African and Black Diaspora**, v. 5, 1, p. 49- 63, 2012.